

SOBRE A HIPÓTESE DO ESTADO DE NATUREZA E SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA EM ROUSSEAU: PRESSUPOSTOS E COROLÁRIOS¹

Telmir de Souza Soares

Resumo:

O estado de natureza é um dos temas fortes do pensamento de Rousseau. Uma das principais discussões acerca desse tema diz respeito ao seu caráter hipotético. Entretanto, pouco se discutiu sobre o que vem a ser uma hipótese para o pensamento de Rousseau, o contexto em que ele se utiliza desse conceito e as consequências associadas à interpretação literal dessa escolha para as teorias que derivam, em maior ou menor grau, do conceito de estado de natureza, como é o caso do lugar da sensibilidade no pensamento de Rousseau. Essa questão do estado de natureza, por outro lado, está associada ao próprio conceito de natureza. Na maioria das vezes um é tomado pelo outro apesar de suas diferenças. Nosso artigo pretende lançar algumas luzes sobre essas questões procurando ser um elemento adicional para um debate atual sobre o estado de arte desses conceitos no pensamento de Rousseau.

Palavras-chave: Jean-Jacques Rousseau. Estado de natureza. Natureza. Hipótese.

SUR L'HYPOTHÈSE DE L'ÉTAT DE LA NATURE ET SA RELATION AVEC LA NATURE CHEZ ROUSSEAU

304

Résumé:

L'état de nature c'est un thème important dans la pensée de Rousseau. Une des questions sur ce thème c'est relatif au caractère hypothétique de l'état de nature. Cependant, il y a eu peu de discussions sur ce qui concerne à une hypothèse chez Rousseau, sur le contexte théorique et historique de lui dans le contexte scientifique de l'époque et les conséquences associées à l'interprétation littérale de ce choix pour les théories qui sont liées, dans un certain degré, au concept d'état de nature, comme, par exemple, le lieu du sentiment chez la pensée de Rousseau. Cette question de l'état de nature, au-delà de ça, c'est associée au concept de nature en soi-même. Dans la majorité des fois, l'état de nature c'est prioritaire pour le concept de nature sans avoir quelque différence parmi eux, malgré ses différences. Notre travail a pour objectif jeter des lumières sur ces questions en cherchant d'être un élément supplémentaire pour un débat actuel sur l'état de l'art de ces concepts dans la pensée de Rousseau.

Mots-Clés: Jean-Jacques Rousseau. État de nature. Nature. Hypothèse.

Introdução

As interpretações tradicionais apontam Rousseau como um estranho no ninho. Este ninho, mais especificamente, seria a época das Luzes. São vários os temas que, aparentemente colocam o genebrino em oposição aos modos de motivos desenhados pela filosofia de sua época. Os mais destacados seriam a rejeição da ciência, da vida em sociedade,

¹ O presente artigo é uma adaptação de parte do Terceiro Capítulo da tese de doutorado intitulada "*O conceito de natureza em Rousseau*", defendida no Programa Integrado de Doutorado em Filosofia da UFPB-UFRN-UFPE, coordenação UFPB, no ano de 2014, tendo por orientador o Prof. Dr. Antônio Rufino Vieira. Essa pesquisa contou com financiamento da CAPES para a realização de um estágio doutoral na Université Catholique de Louvain - UCL. E-mail: telmir@gmail.com.

a falsa noção de que ele defendia o retorno ao estado de natureza e, uma das mais conhecida entre todas essas ideias, a noção da bondade inata do homem: todos temas que tiveram, aparentemente, leituras diferentes por parte dos iluministas.

A despeito desta compreensão, a nosso ver equivocada, Rousseau é e permanece um homem do seu tempo. No âmbito das suas ideias em relação à natureza, esta se constituiu em um motivo permanente em muitas das manifestações culturais desde o período do descobrimento do Novo Mundo, inclusive na filosofia. Assim, a valorização que Rousseau dá a este tema não é nada de específico, nem está sujeito à sua peculiar relação com o mundo em função da sua sensibilidade. Rousseau vê a natureza através dos elementos presentes na cultura europeia que vai do século XV ao XVIII, ele é e permanece um homem do seu tempo. O novo em Rousseau foi ter tirado todas as consequências desta visão de mundo e construído uma teoria social baseada nesta abordagem.

Rousseau, por muito tempo e, porque não dizer, até nossos dias, ainda, tem sido compreendido a partir de uma *lenda*, de uma leitura interpretativa que submete seu pensamento a determinadas matrizes, a pré-conceitos específicos, a reducionismos temáticos que são feitos a partir de sua obra e, no mais das vezes, de leituras preconceituosas realizadas por meio de uma chave hermenêutica que se reporta à saúde mental (paranoia, problemas físicos), ou melhor dizendo, da ausência dessa, do seu próprio psiquismo *sui generis* e do tipo de vida que ele decidiu ter. Dessa relação negativa entre vida e obra, entre biografia e bibliografia, emerge um pensador anedótico, indigno mesmo da caricatura que lhe é atribuída, por ser por demais exótico.

O percurso que traçamos tem como proposta, na medida do possível, reverter a *lenda*, apontando ainda para uma ampliação dos temas rousseauianos a partir daquele que lhe seja, provavelmente, o mais caro e o mais dado à caracterização: a natureza. Assim, tentaremos mostrar que ele, pela eleição desse tema, faz parte de um momento histórico bem específico em que a natureza retorna e retoma o lugar de um tema privilegiado nas mais diferentes manifestações da cultura do século XVIII. Rousseau é, desse modo, não uma excentricidade, um exotismo, mas um pensador da sua época, algo que se manifesta, no seu interesse pela ciência e nas atividades práticas quer como herborista, como divulgador das ciências por meio de seus escritos ou suas aulas, o que depõe conta a *lenda do pensador selvagem*, contraditor da ciência, promotor do obscurantismo científico e defensor do *retorno* à natureza.

E, se a natureza lhe é um tema central, a ponto de vir a compor um aspecto anedótico em vista desse pensador singular, se ela aparece sob várias formas em sua obra, isso

não consiste em um projeto de exceção, mas porque o seu tempo soube dar a ela várias dimensões que, no fundo, o genebrino resgata, empresta e dá novo relevo, o que nos permite, face às múltiplas influências do século XVIII, apontar como essa natureza se manifestou na obra do genebrino.

1. Rousseau, um pensador de seu tempo

O século XVIII é pródigo em abordagens acerca da natureza: a Idade de ouro, o paraíso perdido, as viagens para o campo dos abonados e o nascimento do naturismo são alguns exemplos que podemos citar da pregnância desse conceito, demonstrando a fortuna dele que abrange um grande leque de manifestações e práticas. Em todas elas há, entretanto, uma marca bem pronunciada: a crítica às formas do tempo vivido, à cultura e à sociedade de então. Assim, quando nos deparamos com análises que associam o pensamento de Rousseau a esse tipo de abordagem, a compreensão geral vai considerar que o genebrino é um solitário, uma ovelha negra desgarrada do *rebanho iluminista*.

Pensado como um selvagem, como um ser estranho e exótico seu pensamento vai ser enfeixado, talvez melhor dizer, enfaixado e engessado em matrizes reducionistas, ainda mais quando se trata de pensar a natureza como bem assevera Franco: *O que podemos considerar como o cerne das ideias de Rousseau, acerca desse tópico, é a tese da oposição irreduzível entre natureza e civilização [...] (FRANCO, 2000, p. 286).*

Mas Rousseau não está sozinho, pelo contrário, ele é solidário com seu tempo, com abordagens muito presentes em sua época: a natureza surge como resposta à corrupção do espaço-tempo europeu; ela é um meio, um espaço capaz de regenerar o humano que foi desnaturado, corrompido; ela é capaz de dar abrigo, sustento, e fornecer um ordenamento, promovendo a felicidade ao ser que se dispõe a viver de acordo com os ditames de uma vida natural; fora desse meio, a natureza, o homem se encontra XVIII.

Em tratando das matrizes do pensamento do século XVIII, Mornet destaca o gosto pela libertinagem que, a despeito de ter uma dimensão por vezes grosseira e suja, pode também ser considerada sob a perspectiva de La Fontaine, daquilo que ele denomina de “a boa lei natural”. Segundo ele esta lei ensina ao gênero humano a “volúpia”:

[...] a volúpia no senso em que La Fontaine a celebra, como os dicionários a entendem, significa os prazeres sadios, delicados e que dão tanto à alma quanto ao corpo uma alegria viva e fecunda: a conversação, a leitura, os "pensamentos divertidos", as "conversações frívolas", um belo retiro, as belas mesas, belos jardins nos quais não há impedimento de fruir, com moderação, bons vinhos e belas

mulheres. (MORNET, 1969, p. 21).

Mornet cita ainda Saint-Évremond, o grande mestre da libertinagem que o qual preza a razão fina, curiosa que penetra os detalhes das coisas, que dissipa os dogmas e as mentiras dos mandamentos, nos conduzindo ao que é natural ao livre pensamento, a degustar das belas coisas, de fazer da vida não uma batalha esganiçada mas um espaço elegante e agradável:

A amplitude desse movimento filosófico se caracteriza pela abundância de obras, de traduções e de leitores. Moral "laica", moral da boa natureza, do prazer moderado e selecionado, é aquela que louvam os homens como o Marquês de Lassay ou Raymond le Grec [...] (MORNET, 1969, p. 38).

Ao mesmo tempo reside neste período a busca por dominar, conquistar e criar um espaço diferente na natureza, um lugar mais especificamente humano. A despeito de que, como Pascal afirmava, o homem é um ponto na natureza, o próprio conceito de natureza se alarga e a Terra já não é mais o centro do universo, ele se torna um planeta entre outros e toda a hierarquia celeste acaba por ser derrubada com todos os valores que lhe dizem respeito. O desencantamento do mundo propicia uma relação diferenciada com o mundo entorno ao ser humano, um espaço agora aberto a um sem número de atividades e esperanças: [...] *Trabalhamos para conhecer a natureza, não a natureza metafísica, a natura naturans e a natura naturata dos escolásticos, mas aquela que se encontra diante de nossos olhos, a do físico, do químico, do naturalista.* (MORNET, 1969, p. 38).

307

O fim do século XVII e o início do século XVIII marca um período em que se multiplicam obras que expressam este gosto por viagens imaginárias e utopias. Tais textos são paralelos e contraposições razoáveis em relação às crenças tradicionais tanto políticas quanto religiosas: *Ora isso que a razão constroi é muito diferente de nossas tradições: é a religião natural, a igualdade ou mesmo o comunismo [...].* (MORNET, 1969, p. 38).

Mesmo um projeto como o da Enciclopédia não consegue expurgar esse misto de compreensão imaginária e mítica que perpassa as Luzes. Tais elementos vão estar presentes em várias concepções de mundo que foram vigentes à época:

La Fontaine não pôde deter a ascensão da nova física, mas esta não podia mais em seu proveito ignorar a revolta dele: a ciência racionalista se espraia na Enciclopédia à época mesma em que Rousseau dá movimento àquilo que iria ser o romantismo e, precisamente, a protestação da Natureza que não quer cessar de permanecer para o homem como um estado de alma. É, aparentemente, por um reflexo semelhante que nossa época, que o racionalismo cientificista do século XVIII pretendia privar para sempre de uma Natureza de imaginação e sonho respondeu com o irracionalismo. E

a justificação do instinto, como um retorno aos mitos. Das origens à nossos dias, a Natureza do artista tem, portanto, sua sorte de ligação àquela do físico e do moralista. (LENOBLE, 1969, p. 236-237).

Esta herança advém de certo modo do pensamento medieval e sua crença numa natureza ordenada segundo a providência divina. A despeito dos ataques Renascentistas à esta cosmovisão, ela vai perdurar por muito tempo em algumas vertentes e pensadores na modernidade.

Rousseau, talvez em função da multifacetada construção do seu aprendizado vai oscilar entre estas duas perspectivas básicas. De um lado Rousseau é herdeiro, por sua crença protestante e católica, de uma cosmovisão cristã de mundo que, apesar das questões doutrinárias que desembocaram na Reforma Protestante, tem sua origem na tradição medieval. Esta tradição não diz respeito somente à sua crença na providência, mas trata do lugar do homem nesta simbiose entre natureza e mundo, bem como do seu sentimento em relação à esta pertença.

Por outro lado, Rousseau se insere na corrente de pensamento científico de seu tempo participando da mesma segundo os moldes da época tornando-se em suas relações com os conhecimentos de então aprendiz e ao mesmo tempo divulgador. Suas *Institutions chimiques*, seu *Dictionnaire de botanique*, seus escritos sobre a música e sobre a *Economia política*, só para citar os mais conhecidos, representam este espírito inquieto e investigativo que pratica a ciência do seu tempo.

Tido como um autodidata sem formação adequada, um renegado em meio à ciência que ele desaprovava, encontramos Rousseau em meio aos cientistas de sua época, se correspondendo com os mesmos, escrevendo, por seu turno dicionários e cartas de divulgação científica, interessando-se pelas disciplinas em voga, ao mesmo tempo em que, como sua época, critica a postura abstrativa e inócua da filosofia.

Rousseau então não pode ser pensado à parte de seu tempo e também, não necessariamente, contra o mesmo. Ele se nutre das mesmas matrizes, raízes e motivos e responde de forma bem próxima à dos movimentos de contestação, aos movimentos de, por assim dizer, contracultura que surgem, de fato, em todas as épocas e sob todas as formas, mas que assumem um papel ativo no século XVIII, a despeito das leituras homogeneizantes que esse século recebe e que possuem como elemento característico e principal o recurso à razão. Dessa época poderíamos dizer que Rousseau é o contraditor mais eloquente, mas não o único:

Entretanto, [...] essa ideia de oposição entre natureza e civilização não pode, em absoluto, ser considerada como uma originalidade ou um privilégio da obra de

Rousseau. Ao contrário, ela foi largamente partilhada por todos os contemporâneos mais ilustres dele. A razão disso é simples [...]: tanto o solitário Jean-Jacques como seus colegas beberam das mesmas fontes de inspiração que eram os autores do século XVI e aqueles do início do século XVIII. (FRANCO, 2000, p. 239).

Nesse período em que a ciência se desenvolve com grande ímpeto mas que conta também com mitologias e conhecimentos esotéricos como a alquimia, domínios díspares mas que tem como motivo forte a natureza, nos encontramos diante de um pensador que se apresenta como diferente em relação aos demais em sua época e, por isso mesmo conquistou um espaço que assegura até hoje no âmbito do pensamento ocidental:

Um escritor realmente original, no qual as convicções não correspondem àquelas da metade de seus leitores não pode ser, de fato, um escritor popular largamente difundido. Ora, Rousseau foi precisamente popular porque suas obras mais estimadas representam, realmente, um receptáculo eloquente dos lugares comuns caros à sua época. (FRANCO, 2000, p. 287).

Em um quadro propício e ao mesmo tempo ambíguo acerca das abordagens da natureza qual o lugar de Rousseau? Uma resposta provável, embora essa não venha a se constituir como a única possível, consiste em salientar o espaço privilegiado que a natureza ocupa em Rousseau perfazendo a síntese entre os opostos e oposições então presentes no século XVIII. São reconhecidas sua adesão aos temas de época como a Idade de Ouro, a ideia do "bom selvagem", a concepção de jardim inspirada no paraíso, elementos que elaboram uma crítica à sociedade, mas que são vistos ombreados, no pensamento do genebrino, ao papel e à importância que a prática técnica e científica assumem em seu discurso.

Essas abordagem da natureza se nutrem de motivos ligados também à antiguidade clássica, ao lacedemonismo, aos valores estoicos que são associados às virtudes cristãs a serem conquistadas em um modelo de vida simples, austero, baseado na robustez do corpo, na simplicidade dos gostos e na busca de uma felicidade que só pode ser encontrada junto à natureza. Somando-se a isso temos ainda a valorização do sentimento e a desconfiança nos poderes da razão para nos tornar mais felizes e efetivar em nós uma bondade natural que nos era própria e que se perdeu em meio à vida em sociedade:

O fato de que Rousseau foi o intérprete mais autêntico da ideia de bondade natural, como de outras ideias que tocavam o público, pode ser interpretada de duas maneiras. De início pela força de seu estilo incomparável, poderoso, musical, sonoro, bem de acordo com o gosto do tempo, mais apto que qualquer outro para despertar e amadurecer as sensibilidades. Em seguida, porque nele a crença nesse mundo mítico de bondade e inocência correspondia, [...] às necessidades de um estado pessoal mórbido tornando assim mais sincera sua ligação a tais hipóteses. Situação que, ligada às qualidades do estilo já mostradas, dá a seus livros as

tonalidades de paixão dramática, de corajosa e verdadeira intransigência que os caracteriza. (FRANCO, 2000, p. 288).

Franco (2000) nos diz que Rousseau, em abordando as questões e os temas em voga e na moda no século XVIII, foi criticado justamente por ser um dos mais reconhecidos defensores dessas temáticas, muito embora não fosse o único. No que tange às influências atribuídas a Rousseau sobre a Revolução francesa, Franco nos diz ainda que o genebrino não foi a fonte única da doutrina revolucionária, tal ideia seria contrariar as questões relativas à época e ao espírito do tempo que compartilhava um grupo de autores. As compreensões e, ainda, as incompreensões acerca do papel do genebrino em meio ao seu tempo nos permite, no entanto, apresentar e rever as várias críticas relacionadas ao pensamento dele e, mais especificamente, ao recurso da natureza em sua obra.

2. As críticas ao pensamento de Rousseau sobre a natureza

O reconhecimento acerca do valor da obra de Rousseau e mesmo de sua pessoa granjeia posturas por vezes antagônicas. Por ocasião do bicentenário de seu nascimento houve um movimento, como nos mostra Eigeldinger, que buscava homenagear o genebrino pelo período que ele havia passado em Neuchâtel. A solicitação do governo para levar a cabo essa homenagem, entretanto, suscitou sério descontentamento entre alguns cidadãos ilustres:

[...] À 11 de junho de 1912 o nacionalista Maurice Barrès² se recusa a votar os créditos que o governo lhe pede para a glorificação de Jean-Jacques, "o homem que inventou o paradoxo destestável de colocar a sociedade fora da natureza e de colocar o indivíduo contra a sociedade em nome da natureza, o pedagogo que mais sistematicamente afastou a criança das influências da família e da raça". "Em todos seus livros políticos, em Rousseau, há a mesma quimera de cobrir a vida sobre uma cama de Procusto". (EIGELDINGER, 1992, p. 447).

A postura de Barrès acerca da obra e da pessoa do genebrino não é nem um pouco divergente de sua época e das que lhe seguirão. Já em sua própria época Rousseau fora vítima de várias críticas que, de certo modo, refletiam uma incompreensão acerca de sua obra e de sua pessoa, incompreensão que, por mais paradoxal que seja, o genebrino se deu ao luxo de cultivar. Rousseau quis constuir para si um papel distinto, uma posição aparentemente diferenciada em seu tempo, e a temática da natureza, em certo sentido, se adequava de forma

² BARRÈS, Maurice. *Le voyage de Sparte*, 1922.

especial a esse propósito. Assim, podemos dizer que Rousseau se apresenta como um dos que alimentaram essa *lenda* sobre sua própria pessoa, muito embora não seja o idealizador, nem o articulador de um discurso que visa desacreditar a si mesmo e ao seu pensamento. A essa propositura do genebrino de tentar criar uma narrativa sobre si mesmo Georges May nos diz o seguinte:

Reencontrar a continuidade viva da existência de um homem nunca é uma tarefa fácil. No caso de Rousseau, o empreendimento tornou-se mais difícil ainda pelo cuidado que ele mesmo tomou em nos facilitar a tarefa. Que não vejamos nisso um paradoxo. Pelo contrário: como a maioria dos homens que muito falaram de si mesmos, Rousseau acabou por se tornar a vítima de sua própria lenda e o prisioneiro da imagem que ele deu dele mesmo [...] (MAY, 1985, p. 5).

Nos deteremos a apontar algumas críticas ao pensamento de Rousseau e ao seu conceito de natureza tentando mostrar que, mesmo sendo um autor de seu tempo, que refletia essas temáticas, as circunstâncias dessa apropriação temática não amenizaram nem diminuíram as críticas por ele recebidas. Se Rousseau será reconhecido por sua obra singular, esta ficará caracterizada, principalmente no que tange à natureza, pelo seu suposto aspecto hipotético e fabuloso, mais do que pelo sua dimensão filosófica e teórica, propriamente falando. Acerca disso, Rousseau, em mais um paradoxo a ser associado à sua pessoa, representa o primeiro e o mais citado dos críticos à concepção de natureza de Jean-Jacques, o filósofo genebrino.

311

2.1 Rousseau juiz de si mesmo: a primeira e mais contundente crítica à sua concepção teórica sobre a natureza.

O problema relacionado ao estatuto e à validade do conceito de natureza em Rousseau está intimamente ligado à interpretação da sua obra, ou até, como alguns salientarão, à sua simples leitura. Neste sentido o *valor* ou o *des-valor* do conceito de natureza nasceria mesmo na própria postura assumida por Rousseau quando da apresentação do estado de natureza no *Discours sur l'inégalité* acerca do qual ele diz: [...] *não ser tarefa trivial separar o que há de original e de artificial na natureza atual do homem, e conhecer com exatidão um estado que não existe mais, que talvez nunca tenha existido, que provavelmente jamais existirá [...]*, salientando, entretanto, mais adiante no mesmo texto e parágrafo que, acerca desse estado, se tem [...] *contudo, a necessidade de alcançar noções exatas para bem julgar nosso estado presente [...]* (ROUSSEAU, 1962, p. 132), uma citação que expõe de imediato um paradoxo: se essa condição é hipotética, em que sentido a "necessidade de

alcançar noções exatas" sobre ela nos permitiriam "bem julgar nosso estado presente"?

Entretanto, os comentadores ressaltam que nesse trecho não há o que interpretar e, de fato e de próprio punho, não resta dúvidas que Rousseau considera o estado de natureza uma mera ficção devendo ser considerada enquanto tal na construção do edifício do seu pensamento. Portanto, nada mais justo do que ouvir um autor, em si e por si mesmo, ao tratar do estatuto de sua obra e de sua metodologia e, portanto, não ir além dele e do que ele mesmo diz. Desse modo, partindo do próprio Rousseau nada mais há que ser dito, e o que ele diz à respeito da natureza, ou melhor, do que seria este estado original da espécie humana, deste estado anterior na natureza, nada mais é do que uma *boa* ficção.

A observação (talvez a palavra *crítica* seja bem mais contundente e, talvez, a mais pertinente a ser aplicada a essa questão), de Rousseau ao estado de natureza tem sido assim o principal argumento dos analistas a descredenciar um estudo sério sobre este conceito no pensamento rousseauiano. Tal procedimento, claro, tem sua força, mas não se constitui como a palavra final sobre esse assunto. Faz-se necessário levantar algumas questões acerca desta concepção. A primeira diz respeito ao elemento interpretativo que, a nosso ver, consiste num falseamento da leitura e, conseqüentemente, da interpretação do texto. Tal falseamento inicia-se por uma demarcação, a saber do peso que é dado ao caráter meramente fictício do texto, ao seu suposto aspecto a-histórico propriamente falando e que, sem mais, foi assumido como razão suficiente para invalidar o estado de natureza. Essa questão, sem sombra de dúvidas, precisa ser aclarada.

Uma outra questão diz respeito aos corolários dessa interpretação hipotética que, como veremos adiante, implica na própria descaracterização de boa parte das teorias, interpretações e o recurso ao pensamento de Rousseau para construir boa parte dos argumentos acerca de temas que são caros aos intérpretes e mesmo aos críticos. Ou seja, negar o aspecto histórico do estado de natureza é colocar-se na contramão não só do pensamento do genebrino, mas também de um sem número de aplicações e utilizações de sua teoria. Desta feita, as interpretações e as críticas sucumbem ao negar aquilo que seria necessário pressupor, um problema lógico clássico associado às necessidades oriundas do que pode ser considerado uma *petição de princípio*.

E, uma outra questão que é não menos importante, mas talvez a mais grave no que diz respeito ao conceito de natureza em Rousseau e ao escopo desse trabalho, que consiste em subordinar a natureza ao estado de natureza ou, pior ainda, identificá-los e tomá-los um pelo outro, sendo esse outro, via de regra, o estado de natureza. A natureza e todas as referências a essa temática em Rousseau ficariam resumidas, restritas, subsumidas e emuladas pelo recurso

temático ao estado de natureza. Esse problema, que pode ser visto mesmo em grandes intérpretes de Rousseau consiste em, ao tratar da natureza, passar ao lado e ir diretamente ao estado de natureza sem diferenciá-los tomando um pelo outro, a saber, o estado de natureza, cujo aspecto fictício desautoriza qualquer abordagem mais adequada do tema.

Assim, nesse primeiro momento tentaremos dar conta da principal crítica à natureza em Rousseau, a saber, sua própria abordagem da concepção de estado de natureza que se hipostasiou, de forma indevida, no conceito de natureza em Rousseau. Após esse momento crítico passaremos às demais questões.

2.2 Do hipotético e do fictício ao caráter do hipotético e do fictício em Rousseau

Como vimos acima, um aspecto importante das considerações críticas que partem do contexto da própria abordagem rousseauiana dizem respeito ao caráter fictício que o texto dá ao estado de natureza. Rousseau, ao abordar esse tema logo no prefácio da obra declara e destaca o seu aspecto hipotético. Considerado meramente sob essa perspectiva, hipóteses nada mais seriam que meras ficções teóricas, e é desse modo que ela vai ser entendida desde então no *Discours sur l'inégalité*.

Desse modo, eis que, como *resultado natural* desse caráter hipotético do estado de natureza, esse postulado como que por *osmose*, se espraia pela compreensão do que é a natureza em Rousseau. *Ou seja, do caráter hipotético do estado de natureza depreende-se o caráter hipotético da própria natureza*. E, uma vez que a natureza é subsumida ao estado de natureza, por uma associação indevida, diga-se de passagem, os dois passam a ser considerados em igualdade por sua hipoteticidade. *O passo seguinte será tomar a natureza pelo estado de natureza, algo que os intérpretes e críticos fizeram sem muita dificuldade na mesma medida que não tinham nenhum fundamento para fazê-lo*.

O resultado mais palpável desse empreendimento consistiu em, propriamente falando, conduzir essa dupla associação a uma perspectiva de negatividade, ficção, mentira ou mesmo embuste. Dessa forma, tanto em um conceito como no outro, passam a ser consideradas, sem mais, as más ligações que foram feitas, as deduções daí oriundas e os corolários daí resultantes. Entretanto, em que consiste de fato e o que significa uma hipótese para Rousseau? Uma análise em uma das bibliografias mais atuais produzidas por Tanguy L'Aminot³, cuja última compilação a que tivemos acesso foi a de 2010, nos revela que não há

³ L'AMINOT, Tanguy. *Bibliographie des thèmes présents dans l'oeuvre de Jean-Jacques Rousseau*. Actualisation: juin 2010.

estudo elaborado sobre esse tema, não ainda.

Em primeiro lugar, o *Discours sur l'inégalité* não é o primeiro momento em que Rousseau se utiliza da expressão hipótese. Ela a utiliza nas *Institutions* segundo uma perspectiva científica, propriamente falando: uma hipótese como um postulado que deve ser verificado por elementos factuais. Ou seja, a compreensão sobre o significado de hipótese nas *Institutions* vai confirmar sua utilização no *Discours sur l'inégalité*, ou seja, a concepção de um postulado a ser verificado pela experiência. Acerca da definição mesma de hipótese, Ferrater Mora nos indica que:

O vocábulo hipótese significa literalmente "algo posto debaixo". O que se põe debaixo é um enunciado e o que se coloca dele é outro enunciado ou série de enunciados. A hipótese é, portanto, um enunciado (ou série articulada de enunciados) que antecede outros, constituindo seus fundamentos. (FERRATER MORA, 2001, 1345-1346).

A hipótese consiste em ser um enunciado ou grupos de enunciados que fundamentam uma determinada proposição. Nesse sentido ao conceito de postulado não corresponde o de ficção, nem de mentira ou engodo. Ela funciona como um fio condutor de uma argumentação, mas cujos fundamentos, ou como ficou consagrado na contemporaneidade, cuja validade, vai estar associada à verificação dos elementos que ela comporta.

Apesar de que o conceito contemporâneo de hipótese esteja associado à validade dos seus pressupostos, a concepção que nos vem da antiguidade, da qual Rousseau é tributária, nos mostra uma pequena diferença em relação a esses pressupostos. Ferrater Mora nos informa que: *Em Platão a hipótese é uma suposição de que vão extrair-se certas consequências* (sic). *Platão toma aqui como exemplo o procedimento dos matemáticos e especialmente os geômetras [...]*. (FERRATER MORA, 2001, p. 1345)

E é justamente na perspectiva da matemática que Rousseau ensaja sua definição de hipótese. Mas, além disso, sua perspectiva corrobora com a de outro pensador antigo mais afeito às investigações empíricas:

Em certa passagem da *Metafísica*, Aristóteles afirma que "a hipótese" é um dos possíveis significados de princípio; as hipóteses são então os princípios da demonstração. De modo geral Aristóteles considera a hipótese como uma afirmação de algo, de que se deduzem determinadas consequências, diferentemente da definição em que não se afirma ou nega nada, mas apenas se precisa o significado daquilo de que se fala [...]. (FERRATER MORA, 2001, p. 1345).

Aqui residem dois elementos caros ao pensamento de Rousseau: a hipótese como

os princípios da demonstração e a possibilidade de, a partir de tais princípios, serem tiradas determinadas consequências. A hipótese do estado de natureza em Rousseau comporta esses dois elementos, por isso que ela é fecunda em relação à sua obra e a toda tradição filosófica posterior à ele. Mesmo porque, acerca desse caráter verificável, nos diz Ferrater Mora que: [...] *hipóteses inadmissíveis na ciência são de caráter metafísico. Em contrapartida, admitem-se as que se formulam dentro do domínio do reino da experiência possível* (FERRATER MORA, 2001, p. 1345).

Em um primeiro momento Rousseau assevera que o caráter hipotético de seus postulados poderiam ser assumidos da mesma forma e na mesma perspectiva que o fizeram muitos matemáticos e astrônomos antes dele, aí inclusos Kepler, Copérnico e Galileu e mesmo Newton, a fim de dar sentido a alguns elementos de teoria que, ombreados e articulados segundo os limites da leitura feita segundo o crivo do *magistério da Igreja* e dos postulados aceitos pelas autoridades das *Academias*, não se apresentavam condizentes com o estágio da pesquisa científica à época. Como essas pesquisas não poderiam fazer mentir a ortodoxia reinante, a hipótese assumia a tarefa de elaborar ficções a fim de complementar esse edifício inacabado.

Assim, quando da construção de seu quadro teórico, acerca dos primórdios da espécie humana em um estado de natureza, ele assevera que outros filósofos postularam esse estado sem sequer duvidar da existência do mesmo face o testemunho das Escrituras:

[...] Enfim, todos, falando incessantemente de necessidade, avidez, opressão, desejo e orgulho, transportaram para o estado de natureza ideias que tinham adquirido em sociedade; falavam do homem selvagem e descreviam o homem civil. Não chegou mesmo a surgir na maioria dos nossos a dúvida quanto a ter existido o estado de natureza, conquanto seja evidente, pela leitura dos livros sagrados, que, tendo o primeiro homem recebido imediatamente de Deus as luzes e os preceitos, não se encontrava nem mesmo ele nesse estado [...]. (ROUSSEAU, 1962, p.130).

Rousseau constata que toda a tradição jusnaturalista e contratualista asseveraram a existência do estado de natureza colocando-se em oposição aos postulados da ortodoxia cristã. Entretanto, fazia-se necessário, para resguardar esses pontos da fé, não contrariando esses postulados inclusive, considerar o estado de natureza como uma hipótese e não como um fato. É isso que ele vai fazer mais adiante. Não sem antes afirmar a necessidade, por parte do filósofo cristão de negar a existência real desse estado. Caso a fosse feita a afirmação que esse estado tivesse vigorado em algum momento da história, em função de algum acontecimento extraordinário, algo que não é explicitado pelas Escrituras, isso seria algo, como ele mesmo afirma, *impossível* de vir a ser comprovado:

[...] acrescentando aos escritos de Moisés a fé que lhe deve todo filósofo cristão, é preciso negar que, mesmo antes do dilúvio, os homens jamais se tenham encontrado no estado puro de natureza, a menos que tenham tornado a cair nele em função de qualquer acontecimento extraordinário - paradoxo bastante difícil de defender-se e completamente impossível de provar. (ROUSSEAU, 1962, p.131).

Uma hipótese baseada num paradoxo é impossível de ser provada, eis os princípios teóricos pelos quais se guia o genebrino. Acerca desses princípios, Kant, um autor da época e que foi muito influenciado por Rousseau, em sua *Crítica da razão pura*: [...]manifestou que as hipóteses não devem ser assunto da mera opinião, mas fundamentar-se na possibilidade do objeto" (FERRATER MORA, 2001, p. 1346), sendo esta uma das condições dos princípios que regem uma hipótese.

Rousseau, diante dos elementos de fé necessários a serem observados à época, deixa de lado a comprovação de tais postulados e mesmo a possibilidade de assumi-los no âmbito de sua teoria pois, como vimos acima, seria algo paradoxal e, portanto, impossível de ser comprovado. Assim, ele assume uma postura particular em relação à sua descrição do estado de natureza e do seu caráter hipotético:

Comecemos, pois, por afastar todos os fatos, pois eles não se prendem à questão. Não se devem considerar as pesquisas em que se pode entrar nesse assunto, como verdades históricas, mas somente como raciocínios hipotéticos e condicionais, mais apropriados a esclarecer a natureza das coisas do que a mostrar a verdade original, e semelhantes àquelas que, todos os dias, fazem nossos físicos sobre a formação do mundo [...]. (ROUSSEAU, 1962, p.132).

Rousseau, segundo nosso ponto de vista, assume uma postura estratégica quanto ao magistério, a ortodoxia e o controle dos postulados científicos, a exemplo dos físicos e matemáticos à sua época que faziam especulações consideradas heterodoxas sob o manto de um caráter hipotético a fim de escapar à perseguição. Essa é a postura que ele adota, de forma pragmática, muito embora essa tomada de decisão não se coadune com a importância e os pressupostos do objeto que ele propõe investigar. Desse modo, expressando os limites do que pode ser dito, ou melhor, do que se está obrigado a comprometer-se, teoricamente falando, ele assim declara o caráter da sua investigação e o objeto de seu discurso:

[...] A religião nos ordena a crer que, tendo o próprio Deus tirado os homens do estado de natureza logo depois da criação, são eles desiguais por que assim o desejou; ela não nos proíbe, no entanto, de formar conjecturas extraídas unicamente da natureza do homem e dos seres que o circundam, acerca do que se teria transformado o gênero humano se ele fora abandonado a si mesmo. Eis o que me perguntam e o que proponho examinar neste Discurso [...]. (ROUSSEAU, 1962, p.132).

A postura de Rousseau aqui apresentada, a saber, de conjecturar acerca do que o homem teria se tornado *se* tivesse sido deixado a própria sorte, esta sim é paradoxal e fantasiosa. Acerca do que o gênero humano poderia ter se transformado é em si uma maior ficção posto que desprovida de qualquer base para ser postulada, mesmo porque, que natureza humana é essa que nos permitiria fazer tal conjecturas? A natureza do homem se encontra corrompida, é isso que é dito no *Prefácio*. Aliás, um elemento teórico chave aqui é que, uma vez considerado que o homem é hoje diferente do que era no passado, acerca disso os testemunhos da história são fortes, é possível postular uma mudança no tempo e no espaço que diferenciou o homem, o que contradiz o estado de arte com o qual Deus teria beneficiado o homem e a espécie.

Diferente do estado de natureza que, como veremos, comporta uma série de elementos e fatos históricos para dar suporte à essa tese hipotética e que se confirma, por verossimilhança, face a esses extratos, progredir em uma conjectura acerca do que o homem *poderia vir a ser se* é em si mesma maior fantasia que postular o estado de natureza. Assim, vir do passado para o futuro a partir de uma condicional, um *se*, isto sim consiste em maior especulação do que, com base nos dados disponíveis, postular um passado do homem. Se na primeira postura praticamente tudo poderia vir a ser especulado, podendo ser postulado, nesse sentido inclusive uma ficção relativa às possibilidades dos homens adquirirem a capacidade de voar, em um quadro em que as hipóteses se atém aos fatos históricos, aos dados conhecidos da época, algo que Rousseau de fato vai fazer, podemos seguramente ser conduzidos a um estado anterior à civilização no qual o homem se encontrava integrado à natureza.

Entretanto, com base nos dados fatuais oriundos da descoberta do Novo Mundo, dos testemunhos escritos e mesmo presenciais sobre a vida dos selvagens ameríndios (já que muitos dos ditos selvagens foram conduzidos à Europa para serem exibidos aos monarcas e nobres civilizados), seja pelos relatos de viagem e, tudo isso, visado por oposição ao quadro degenerado e corrompido do Velho Mundo, a hipótese do estado de natureza encontra os elementos que a subsidiam enquanto teoria necessária a nos indicar determinados caminhos para o homem em seu estado atual:

[...] Mas em Rousseau não parecia haver o esforço em idealizar o selvagem, ele considera o relato de viagem como um documento histórico, que ele critica. Ele dá credibilidade àqueles que lhe fornecem "exemplos da força e do vigor dos homens selvagens, posto que basta ter olhos para observar as coisas": são os "testemunhos oculares" que ele crê à propósito dos macacos "antropomorfos" [...]. (MOREL, 1909, p. 184).

Dos materiais disponíveis em seu tempo ele encontra substrato para fundamentar sua hipótese. Aliás, o estado dessa hipótese, segundo Rousseau, nos daria um conhecimento mais fidedigno acerca do homem, conhecimento que ele considera o mais importante e o mais relegado de todos. Aqui podemos apontar um efeito deletério da familiaridade, na perspectiva heideggeriana. Tendo o homem avançado em muitos conhecimentos acerca da natureza, a presença e a imediaticidade de si não permitiriam ao homem o afastamento necessário para dar conta de si mesmo.

Não é de estranhar, portanto, que as ciências do homem, propriamente ditas, vão esperar ainda algumas décadas para aparecer, tendo em si, o que não é desprezível, o agravamento de problemas que conduzem a um repensar, dentro do escopo do desenvolvimento do capitalismo e das cidades, os problemas da sociedade. As vicissitudes atreladas a esses *socius* que vivem num mesmo espaço, desse *homo* que até então era um famoso desconhecido da ciência estarão no cerne do desenvolvimento da antropologia, da sociologia, da etnografia, ciências cujo tempo e espaço se situam no século XIX propriamente falado. De espaço da solução de problemas, do progresso, da segurança e da felicidade, as cidades se tornam um problema em meio aos problemas de higiene, desemprego, poluição, prostituição, epidemias e mortes: eis o quadro que transforma *a cidade de solução em problema* e que faz fortuna para o surgimento das ciências do homem. Nesse sentido, vidente e profeta dos problemas de seu tempo, e devido ao espaço dado ao homem em sua teoria e em suas hipóteses, eis que Rousseau se faz sobressair em meio ao otimismo reinante e à cegueira antropológica vindo a ser considerado como o fundador dessas ciências: [...] *o mais útil e o menos avançado de todos os conhecimentos humanos parece-me ser o do homem* [...] (ROUSSEAU, 1962, p.130).

318

Faz-se necessário um conhecimento do homem para que as leis, decisões, práticas e associações sejam feitas conforme sua natureza. Esse aspecto da natureza é importante. Constituir construtos quer sejam de ordem química, musical, botânica ou mesmo humana sem o conhecimento da natureza das coisas é conduzir-se pelo erro. Essa perspectiva vai ser retomada em todos os textos de Rousseau: para legislar se faz necessário conhecer os homens, a constituição de um povo depende do conhecimento de sua pátria, das suas condições materiais, de sua cultura, vide, a propósito, o Projeto de constituição para a Córsega, o *Contrat*; para educar é preciso conhecer e respeitar a natureza do homem, vide o Emílio; para observar um povo, uma cultura, anotar seus costumes de forma a poderem ser utilizados de forma científica, se faz necessário conhecer os princípios da observação, em suma, Rousseau é um pensador de princípios, os quais ele segue cuidadosamente na construção do estado de

natureza.

[...] é para reconstituir o estado de natureza que ele vai estudar os primitivos. Esse estudo já havia servido a vários fins: a crítica das religiões tinha procurado saber se existiam povos sem qualquer ideia de Deus [...] Houve também lugar, no âmbito das tribos longínquas [...] críticas políticas e sociais; a ficção do bom selvagem se criou pouco à pouco, e os relatos de viagem, imbuídos dessas novas disposições, estavam plenos de elogios ternos sobre o selvagem e os representaram [...] como um ser excepcionalmente bom, inocente e feliz [...]. (MOREL, 1909, p. 184).

Nesse sentido, da interpretação desse quadro natural, desse estado de natureza depreendemos, dada sua importância, um caráter prático: ele nos ajuda a saber como intervir na vida do homem e torná-lo mais virtuoso, saudável, harmonioso e feliz e isso não pode ser feito sem um conhecimento de causa. Tais conjecturas, baseadas em relevantes informações acessíveis à época, são essenciais para o homem hoje, somente do conhecimento das coisas podem ser postulados princípios que sirvam de fato a um fim específico. Desse modo faz-se necessário traçar esse quadro teórico.

Talvez alguns se constringam com a expressão "quadro teórico". Ora esse postulado é teórico uma vez que, como salientado pelo autor no *Prefácio*, ele não tem a ilusão de apontar o que seus olhos não vêem. Caso esse fosse o caso não seria nem necessária uma demonstração, mas a simples verificação e, talvez, nem mesmo esta, dada a imediaticidade e a transparência possibilitada pela simples observação. Quadro hipotético, teoria, demonstração nos dão os elementos epistemológicos dessa suposta "ficção" o que, de imediato, a descaracteriza enquanto simples fantasia. Essa "ficção", diga-se de passagem, não consistia em mera fantasia, mas num construto muito bem elaborado sendo mesmo capaz de complementar um quadro teórico. E aqui há que ser considerado a forma como esse construto é elaborado e do seu caráter propriamente científico. Breve, a ficção que se constroi dentro de um quadro hipotético é ela mesma científica, algo demasiadamente diferente de uma concepção mítica.

Tais postulados, quando considerados no escopo de uma explicação, figuravam-se adequados na perspectiva teórica. Assim, configurados segundo uma perspectiva hipotética, não contradiziam, necessariamente, as verdades estabelecidas e mantinham-se à margem das confusões e convulsões que serão vividas, posteriormente, pelo genebrino quando da publicação do *Émile* e do *Contrat*.

Assim, o Rousseau crítico de si mesmo e que trás à reboque todos que lhe ouvirem sem dar conta de suas razões incorrem em um erro interpretativo, aquele que diz respeito a tomar a parte pelo todo e, em meio à isso, perder de vista o quadro geral que se

afigura na interpretação de uma obra. Nesse sentido o caráter hipotético do texto é algo que deveria até então ser tratado de forma séria e não meramente ficcional, naquilo de mais nefasto e pejorativo que esse termo comporta. De fato, parece estranho que pouco se tenha dado no sentido de estudar de forma cuidadosa o caráter da ideia de hipótese em Rousseau.

Tendo em vista encerrar esse tópico, vale a pena salientar ainda o aspecto propriamente científico das considerações rousseauianas em se tratando de sua hipótese sobre o estado de natureza. Elementos tentando provar a forma primitiva da alimentação humana, sua preocupação com a anatomia comparada no que tange ao caráter carnívoro ou onívoro da espécie humana, a referência a civilizações, a ampla gama de fatos históricos referenciados pelos conhecimentos e uso de textos reconhecidos à época, a referência aos relatos de viagem que também eram textos reconhecidos como testemunho verídico, em suma, do caráter estudado e pesquisado do texto que tem serventia para compreender a história do homem e das civilizações: [...] *As pesquisas políticas e morais sugeridas pela importante questão que examino, são, pois, de todos os modos úteis, e a história hipotética dos governos representa, para o homem, uma lição sob todos os aspectos instrutiva* [...] (ROUSSEAU, 1958, p. 164).

320

E ainda, nas próprias *Institutions*, ressentindo-se dos elementos presentes nos relatos de viagens,⁴ da sua crítica e relação aos mesmos, Rousseau destaca que se faz necessário um filósofo para levar à cabo uma tal observação, algo que os viajantes não faziam bem. Ele não reclama da veracidade dos testemunhos, do conteúdo neles expressos propriamente falando, mas da forma como os mesmos foram elencados, mesmo porque, esses documentos foram importantes para remontar ao primeiro homem.

Desse modo, vê-se todo o cuidado com que Rousseau compõe sua teoria, elabora suas hipóteses, busca corroborá-la com fatos e dados os mais diversos. Assim, um dos aspectos negligenciados do texto, inclusive pelo próprio autor e um dos aspectos mais importantes do *Discours sur l'inégalité* consiste, justamente, em este poder ser elogiado pelo seu aspecto histórico e do recurso que o mesmo faz da natureza como critério para a existência humana, algo que, em função do caráter do texto, do fato de ser uma dissertação que visava participar de um concurso, escapa aos propósitos de seu título e aos olhos dos

⁴ Textos que davam conta dos relatos de viagens como a *Histoire générale des voyages*, Kolbe *Dion du cap de Bonne-Espérance* e o livro de François Coréal acerca das *Voyages de François Coréal aux Indes occidentales*, são alguns exemplos dos matérias de que se serviu o genebrino para compor seu estado de natureza.

intérpretes e críticos de modo geral.

Assim, não espanta que em uma relação de livros surgida em 1756, um *anti-Index*, cuja finalidade era apontar a leitura de obras que deveriam ser, de certo modo, "obrigatórias" para o homem do século XVIII, o *Discours sur l'inégalité* aparece como um texto a ser lido em função dos benefícios medicinais presentes no livro, a saber, no que diz respeito aos cuidados com a higiene e com a promoção da saúde. Desse modo, se faz mister observar com mais cuidado o que os comentadores esquecem e o que está *presente* de forma *latente e patente* nos textos de Rousseau.

3. Das consequências de uma interpretação hipotética do estado de natureza em Rousseau

O que nos torna insatisfeitos quanto ao motivo interpretativo do caráter negativo da hipótese, das conjecturas e da "ficção" rousseauiana sobre o estado de natureza, que são tomadas como mito, mentira e fantasia diz respeito aos seus corolários, às suas consequências práticas e às práticas inconsequentes: a despeito de que muitos autores sejam críticos e céticos à respeito da facticidade ou o *locus* adequado deste conceito na obra rousseauiana, são inúmeras as obras, inclusive da grande maioria dos analistas ditos céticos quanto ao estado de natureza que abordam temas que só são passíveis de serem considerados e discutidos na obra de Rousseau em se levando em conta de forma séria e válida o estado de natureza, ou seja, em postulando como efetivo aquilo que eles supõem como fantasioso. Nesse sentido, inebriados em suas teorias, em seus discursos, não se dão conta dos princípios necessários, ou melhor, da hipótese necessária a dar fundamento aos seus enunciados, a saber, justamente a hipótese do estado de natureza.

Teorias sobre os sentimentos, sobre a educação natural, sobre o amor de si e o amor próprio, sobre a piedade, sobre a religiosidade, sobre a educação, sobre a política e inúmeras outras abordagens acerca do pensamento de Rousseau não se ressentem dessa falta de base teórica uma vez que, considerado o estado de natureza como uma ficção, subsiste um problema de fundamentação teórica, algo que é sem sombra de dúvida um problema lógico, teórico e mesmo científico grave. Ou seja, todos os belos discursos, teorias, livros, conferências construídas com base no estado de natureza sem considerá-lo como válido são inválidas em si mesmas por um problema de *petição de princípio*, de fundamento, de base epistemológica. A isto poderíamos chamar de precariedade epistêmica ou simplesmente de equívoco interpretativo.

Um exemplo disso pode ser visto em Christian Destain que, ao tratar do tema da

natureza em Rousseau assim apresenta o que é considerado no livro como “*idées reçus*” (aliás este é o fio condutor da coleção a qual o livro foi publicado):

Junto ao abandono de seus filhos, o "retorno à natureza" é uma das ideias recebidas mais corrente acerca de Rousseau e frequentemente, nas publicações, uma vez que evoca-se o rousseauísmo, trata-se de uma forma de ecologismo ingênuo e beato que consiste em dizer que a natureza tem razão, que o homem se afastou dela e que ele encontrará a solução de seus problemas reunindo-se a ela. Rousseau seria desta forma um doce sonhador, rejeitando a sociedade e convocando em seus desejos um retorno às florestas. Ele se situa, contudo, no oposto exato desta concepção [...] (DESTAIN, 2005, p. 41).

Na sequência de sua argumentação Destain afirma que tal concepção se origina de uma má interpretação do *Discours sur l'inégalité*. Ele insere Rousseau no grupo de autores que assumem a tarefa de explicar quais as características do homem antes do nascimento da política para que, como ele mesmo afirma: [...] *Uma vez estabelecidas essas características, teríamos como dispor de um tipo de critério seguro para criar um sistema político ideal uma vez que ele estaria em conformidade com a natureza do homem.*[...] (DESTAIN, 2007, p. 42). Até aqui Destain se coaduna com nossa argumentação, o estado de natureza é fundamental enquanto promotor de elementos que podem vir a se tornar em princípios para a vida. Assim, conforme o que defendemos também, não existe um retorno à natureza em Rousseau, pelo contrário, esse voltar-se para a natureza consiste em ater-se ao referencial por ela proposto. Nesse sentido a postura de Destain se afigura como próxima a de Salinas Fortes que fala de uma escala, algo que consideramos adequado ao se pensar na natureza em Rousseau, Entretanto, quando se propõe a tratar da validade do estado de natureza ele se agrega a todos os demais intérpretes:

[...] É verdade que sua descrição de natureza poderia parecer idílica e que sua concepção de natureza original poderia fazer pensar em uma Idade de Ouro. Mas isso em esquecer dois pontos que não são meros detalhes. Primeiramente, esse estado de natureza é uma construção intelectual. É uma ficção metodológica e heurística, destinada a estabelecer uma história filosófica do homem, história que não se preocupa menos dos fatos que da compreensão, da inteligibilidade disso que deveria (*dû être*) ser o percurso da humanidade [...]. (DESTAIN, 2007, p. 44).

Assim, muito embora corrobore uma concepção que é condizente com a abordagem do nosso trabalho, com o ideal de natureza em Rousseau, na citação acima vemos Destain engrossar a fileira daqueles que, seguindo o texto *canônico* das palavras de Rousseau, o que ele faz logo em seguida em seu texto citando extratos do *Discours sur l'inégalité*, enfatiza o caráter hipotético do estado de natureza e a sua dimensão ficcional para fins

eminentemente metodológicos

Entretanto há que se perguntar que metodologia constroi e se sustenta em expressões hipotéticas? E, ainda mais, como aceitar este pressuposto metodológico para abordar e servir de referência para uma situação atual do homem e da sociedade? Acerca dessas questões é significativa a abordagem de Bachofen sobre o estágio atual do problema:

[...] se Rousseau elaborou um quadro detalhado, escrito por vezes no imperfeito, por vezes apoiado sobre descrições de povos observados por viajantes, tais como os Índios caraíbas ou os Hotentotes, ele afirma, ao mesmo tempo que esse estado é "um estado que não existe, que jamais existiu, que provavelmente jamais existirá" e ele reivindica o direito de o estudar, "afastando todos os fatos, pois eles não tocam de forma alguma à questão". Parece então legítimo se interrogar sobre a intenção à qual responde essa descrição e sobre seu estatuto teórico. Sem dúvida é Goldschmidt que formula da melhor forma essa dificuldade. Após ter chamado a atenção que a referência ao "estado de natureza" é uma passagem obrigatória da teoria do Contrato social e, após ter afastado as diferentes funções tradicionais dessa ficção teórica (uma função "etiológica", uma função "paradigmática" e uma função "exegética"), ele sublinha que, em Rousseau, "a descrição do estado de natureza carece de sua finalidade essencial (e tradicional): de servir a preparar a passagem à sociedade. [...] É este o ponto que a torna por oposição às doutrinas tradicionais a mais "radical". Assim, Goldschmidt também é conduzido à colocar a questão seguinte: "Se esse 'quadro' é destituído de sua finalidade, ele serve para que?" (BACHOFEN, 2002, p. 31).

323

Assim, há que se repensar esse caráter hipotético segundo a abordagem rousseauiana. Ainda mais no que diz respeito aos seus intérpretes e sobre o resultado em suas teorias daquilo que eles consideram como mera ficção posto que não são poucas os postulados criados por esses estudiosos que prescindem daquilo que eles reputam por fantasia e desconsideram como teoria.

É dessa forma e em função desse problema que, a despeito das afirmações anteriores, Destain segue argumentando que o homem é um ser que não é naturalmente político, para em seguida citar um texto posterior, do *Contrat*, que mostra a artificialidade da criação da sociedade, bem como o processo pelo que o homem vem a se constituir como ser social pelo processo de desnaturação.

Tanto Destain como muitos outros comentadores não se dão conta de que alguns textos basilares de Rousseau só fazem sentido em se considerando o estado de natureza como um traço forte da teoria de Rousseau. Em se considerando a hipoteticidade deste estado não é possível falar do contrato, por exemplo, nem muito menos da construção dos sentimentos, da educação natural, entre outros elementos do pensamento de Rousseau.

Analistas que não se acanham em negar o estatuto epistêmico do estado de natureza não se sentem constrangidos, por exemplo, a falar sobre os sentimentos em

Rousseau. A rigor, uma teoria sobre os sentimentos em Rousseau, e sobre a educação, só poderiam ser fundamentadas a partir do caráter teórico e da efetividade do estado de natureza.

4. Sobre o estatuto da natureza entendida como estado de natureza

Ainda acerca do estado de natureza, uma outra questão a ser salientada diz respeito à comum associação entre natureza e estado de natureza, ou seja, quando procuramos entender o que é a natureza a partir de análises e interpretações feitas sobre as obras de Rousseau somos, comumente, remetidos ao estado de natureza. O que reside nessa postura é a simples identificação entre os dois conceitos, dada a pregnância do que o estado de natureza assume nas interpretações da obra de Rousseau, a despeito de toda consideração "desconfiada" acerca desse estado. Nesse sentido a crítica nem se dá conta de que algo que precisa ser duramente criticado deve, provavelmente, ter algum valor que não foi até então percebido. Por outro lado, a natureza, termo difuso, acerca do qual o genebrino não atribui qualquer abordagem mais definida e delimitada, encontrando de forma dispersa e difusa na obra do autor, vê-se relegada a estar inserida no conceito de estado de natureza.

Essa forma indevida de associação implica em alguns erros conceituais. O primeiro deles consiste na identificação dos termos, ideias, noções ou conceitos. Como o próprio Rousseau não define esses termos, só aponta sua possibilidade em um quadro teórico que como vimos é complexo. E ainda, como no caso específico da natureza, nem mesmo um quadro confuso é apresentado, talvez em função disso encontremos essa falta de identificação propiciada pelo próprio autor da obra.

Entretanto, da impossibilidade de identificação não resulta necessariamente uma impossibilidade de diferenciação que implique, por sua vez, a igualdade entre os conceitos. Como se chega a esse resultado é algo ainda obscuro. Uma hipótese a ser levantada seria o problema do caráter hipotético do estado de natureza que, considerado como fantasia, caráter esse necessariamente negativo da visada interpretativa, que se espalha e contamina o conceito de natureza especificamente falando. Essa má vontade conceitual talvez resida na abordagem por vezes paradoxal de Rousseau e da maneira como sua obra foi recebida, ou seja, em função do caráter radical de seus enunciados, da *idée reçue* de um retorno ao estado de natureza. Daí a necessidade de negar de forma definitiva esse estado.

No que tange à abrangência e competência dos conceitos em tela, há que se considerar uma questão lógica de pertença e co-pertença. A natureza é um conceito mais amplo, mais geral enquanto o estado de natureza é um conceito mais restrito. O primeiro

abarca o segundo e não o contrário como comumente se interpreta. Os dois conceitos e seus conteúdos se co-pertencem, a despeito que a natureza possa ser pensada sem o estado de natureza, mas o contrário não seja possível. No âmbito da obra, enquanto o conceito de natureza, seu conteúdo, sua aplicabilidade teórica e o recurso temático ao mesmo esteja ligado de forma referencial à quase totalidade dos textos da obra de Rousseau, o segundo conceito se aplica mais às obras políticas e éticas. Assim, quando se fala em natureza ouve-se correntemente sobre o estado de natureza e, por consequência, emprega-se um conceito pelo outro sem mais, algo que, como vimos até aqui, consiste num grave equívoco.

Nesse sentido, uma abordagem que trata da natureza segundo os moldes do estado de natureza falha quanto aos princípios, os meios e os fins. Rousseau fala propriamente da natureza em um sem número de livros, na grande maioria deles sem associá-la, especificamente, ao estado de natureza. Desse modo, parece ser forçoso reduzir o primeiro ao segundo abordando-o, ademais, de forma limitada a partir de um conceito singular, posto que existem uma gama muito maior de elementos, temáticas e princípios que nos são dados a partir do conceito mais geral, a saber, do conceito de natureza.

Negada à natureza uma existência própria dentro do cômputo da teoria rousseauiana, toda a aplicabilidade do conceito se vê prejudicada, mesmo impossibilitada, necessitando, nesse sentido, ser melhor delimitada, mais aclarada e verificada quanto à sua possibilidade teórica, algo que nos deteremos mais adiante. Antes de constituirmos esse empreendimento, após ter analisado a crítica de Rousseau sobre seu trabalho e das dificuldades daí oriundas, importa, ainda que de forma breve, tendo em vista a fortuna das controvérsias suscitadas pelas teorias do genebrino, possamos considerar algumas formas e modos de crítica que se constituíram como peças chave da interpretação do pensamento de Rousseau, mais especificamente falando, aquelas que tomam o autor pela obra, as que julgam sua impropriedade temática e as que a acusam de mera abstração teórica.

325

Considerações finais

Elaborar um quadro da crítica à obra de Rousseau apresenta-se como uma tarefa muito extensa: desde a época do genebrino, aí contadas as inúmeras cartas que o mesmo recebeu desde a produção do *Discours sur les sciences*, são muitas as críticas assacadas contra a obra, quanto às teses e ideias levantadas pela mesma, quanto às fontes, aos pressupostos teóricos, aos supostos plágios, etc., algo que escapa ao domínio de nossa investigação cujos interesses são bem mais modestos.

Desse modo, em tendo sido levantadas algumas questões acerca da relação entre estado de natureza e natureza, conceitos que são compreendidos como correlatos, muito embora não o sejam, destacamos o lugar do caráter hipotético do estado de natureza como um dos aspectos a descaracterizar o lugar teórico desse conceito no pensamento rousseauiano. Vale aqui destacar que, no mais das vezes, consideramos a noção de hipótese de forma anacrônica, relacionando a concepção científica hodierna com sua acepção no século XVIII e, ademais, ignoramos o contexto em que o genebrino se serviu destas.

Tais questões associadas às concepções que temos dos materiais dos quais Rousseau se serviu: testemunhos de viagem, relatos de navegantes, etc., nos levam, segundo também uma acepção hodierna da investigação histórica, a descartar os fundamentos com os quais Rousseau se serve para compor seus quadros teóricos, o que nos levou a encetar nossa investigação.

Nosso artigo tem por objetivo contribuir para uma questão que ainda é digna de investigação dentro da obra de Rousseau. Em nossa tese de doutorado tentamos dar conta de parte desse tema. Mas nossa pretensão não consiste em esgotar essa problemática, muito pelo contrário, ela pretende engendrar novos caminhos possíveis, discutir com uma tradição já estabelecida, como a que caracteriza o genebrino como um pensador do sentimento por oposição à razão, tentando apontar para as consequências de uma leitura monolítica da obra. Nesse sentido, nossa esperança é de ter ajudado nessa tarefa ainda a ser realizada.

326

REFERÊNCIAS:

BACHOFEN, Blaise. **La condition de la liberté**: Rousseau, critique des raisons politiques. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2002.

DESTAIN, Christian. **Jean-Jacques Rousseau: L'au-delà du politique**. Bruxelles: Éditions OUSIA, 2005.

_____. **Jean-Jacques Rousseau**. Paris: Editions Le Cavalier Bleu, 2007.

EIGELDINGER, Frédéric. **"Des pierres dans mon jardin"**: les années neuchâtelaises de J.-J. Rousseau e la crise de 1765 suivi de La vision de Pierre de La Montagne, dit le voyant. Genebra: Éditions Slatkine, 1992.

FERRATER MORA, José. Conceito. In: **Dicionário de filosofia**, Tomos I e II. São Paulo: Edições Loyola, 2001, pp 518-521.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **L'indien brésilien et la Révolution française: les origines brésiliennes de la théorie de la bonté naturelle**. Paris: La Table Ronde, 2000.

L'AMINOT, Tanguy. **Bibliographie des thèmes présents dans l'oeuvre de Jean-Jacques**

Rousseau. Actualisation: juin 2010.

LENOBLE, Robert. **Histoire de l'idée de nature.** Paris: Albin Michel, 1969.

MAY, Georges. **Rousseau.** Bourges: Éditions Seuil, 1985.

MORNET, Daniel. **La pensée française au XVIII^e siècle.** Paris: Librairie Armand Colin, 1969.

_____. **Le sentiment de la nature en France: de J.-J. Rousseau à Bernardin de Saint-Pierre; essai sur les rapports de la littérature et des moeurs.** 3 ed. Genève: Slatkine, 2000.

MOREL, Jean. Recherches sur les sources du Discours de l'inégalité. In.: **Annales de la Société Jean-Jacques Rousseau**, 1909, p 119-198.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Obras.** Vol. II. Porto Alegre: Editora Globo, 1962.